

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES LEGAIS, NOS DIÁRIOS OFICIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBICUITINGA-CE

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO E VALOR MÁXIMO PERMITIDO:

LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	ADM	SEOB	SEDUC	SESA	SAS	QTDE TOTAL	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Jornal de Circulação Estadual – 1º Caderno (Jornal O Povo e Jornal Diário do Nordeste)	Cm/PC	450	470	470	470	440	2300	R\$ 57,67	R\$ 132.641,00
2	Diário Oficial do Estado - DOE	Cm/PC	450	470	470	470	440	2300	R\$ 137,58	R\$ 316.434,00
3	Diário Oficial da União - DOU	Cm	300	400	400	400	300	1800	R\$ 113,00	R\$ 203.400,00
VALOR TOTAL:										R\$ 652.475,00

3 - FUNDAMENTO LEGAL:

3.1. A Prestação desses serviços, tem amparo legal disposto na Lei Complementar 123/2006 de 14 de dezembro de 2006 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4 – JUSTIFICATIVA

4.1. Veicular através de imprensa Oficial as publicações legais de interesse do Município de Ibicuitinga/CE, cumprindo determinação legal, da lei nº 8.666/93, artigo 3º “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional as isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Desta forma esta administração visa dar total transparência e segurança aos seus atos oficiais, além de cumprir as determinações legais, poder ter acesso as publicações oficiais de maneira rápida, segura e transparente.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Na proposta de preços deverão constar as especificações detalhada dos serviços e quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todas as despesas, tributos, encargos sociais e previdenciários, mão-de-obra, transportes, hospedagem, alimentação e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;

5.2. A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO poderá se valer da análise técnica dos serviços propostos, antes da adjudicação e homologação da licitante, para verificação do atendimento das especificações mínimas constantes deste Termo de Referência.

5.3. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o menor valor, **GLOBAL POR LOTE**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência e no edital de Tomada de Preços.

6 – DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. Para a realização dos serviços, será formalizado Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Edital de licitação, do termo de Referências, e da proposta de preços da licitante considerada vencedora.

6.2. O Contrato terá um prazo de vigência a partir da data de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº-8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

7 – DOS PRAZOS, CONDIÇÕES, GARANTIA E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO

7.1. O Contrato resultante da Presente Licitação deverá ser executado de acordo com as necessidades da Secretaria de requisitante conforme o prazo de validade do contrato, que será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado de acordo com as Conveniências do Município e de acordo com o Art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e suas demais alterações.

7.2. Obriga-se a CONTRATADA a manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, devendo ainda:

- a) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, podendo o MUNICÍPIO recusá-los caso não estejam de acordo com o previsto neste Edital/Contrato ou nas normas aplicáveis à matéria;
- b) Reparar, corrigir ou refazer, substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços ou dos métodos empregados ou por terem sido executados em desacordo com as especificações, normas aplicáveis ou com a boa técnica; imediatamente ou no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO;
- c) A prestar os serviços junto ao Município, correndo todas as despesas necessárias, como alimentação, estadias e deslocamentos para a consecução dos serviços por conta da CONTRATADA.
- d) Os serviços deverão ser prestados junto aos jornais de grande circulação estadual (Diário do Nordeste, O Povo e O Estado), jornal Diário Oficial do Estado do Ceara e jornal Diário Oficial da União;
- e) A contratada deverá fornecer a contratante todos os jornais onde circularem as matérias, sendo um jornal para cada publicação, onde deverá encaminhar a esta administração, no prazo Máximo de 03 (três) dias úteis da data de publicação todos os exemplares referentes às publicações realizadas, e ainda no dia da publicação deverá encaminhar por e-mail, digitalizadas, todas as matérias publicadas.
- f) A contratada deverá receber as matérias por e-mail com confirmação imediata, de segunda a sexta-feira, nos horários de até as 13h00min para as matérias circularem no próximo dia útil, no Diário Oficial do Estado do Ceara, até as 16h00min para as matérias circularem no próximo dia útil no Diário Oficial da União, e até as 16h00min para as matérias circularem no próximo dia útil nos jornais de grande circulação estadual (Diário do Nordeste e O Povo);
- g) A empresa declarada vencedora do certame deverá comprovar como condições para a assinatura do contrato, que mantém uma sede ou filial em fortaleza/CE;
- h) Serão recusados pela administração os serviços em desconformidade com o presente Termo de referência;
- i) A prestação dos serviços licitados será feito de acordo com as necessidades administrativas, durante o prazo de contratação.
- j) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

9 – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A prestação dos serviços serão acompanhados e fiscalizados por servidor da SECRETARIA ORDENADORA, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento.

9.2. A presença da fiscalização da Secretaria não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

Endereço: Rua Edval Maia da Silva, 16, Ibicuitinga - CE | CEP: 62.955-000

www.ibicuitinga.ce.gov.br | e-mail: gabinete@ibicuitinga.ce.gov.br

CNPJ: 12.461.646/0001-55 | CGF: 06.920.297-4

9.3. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências.

10 - RESPONSABILIDADES DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS.

10.1. Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no TOMADA DE PREÇOS, no termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

10.2. A contratada deverá manter preposto, aceito pela Prefeitura Municipal de Ibicuitinga, no local onde será prestado o serviço para representá-lo na execução do contrato;

10.3. Executar fielmente os serviços contratados através de profissionais habilitados, atendendo aos prazos legais estabelecidos pelos órgãos de controle, responsabilizando-se pela sua qualidade, exatidão e segurança diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável e dentro dos parâmetros legais exigíveis;

10.4. Arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços, mão-de-obra, transportes, hospedagem, taxas, emolumentos, impostos, todos os encargos e despesas diretas e indiretas de caráter trabalhista, tributário e previdenciário decorrentes do presente contrato referentes às pessoas envolvidas na prestação dos serviços, que não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, bem como providências quanto à legalização do serviço perante os órgãos municipais, estaduais ou federais;

10.5. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus profissionais;

10.6. Não transferir a outrem no todo ou em parte o objeto do presente Termo de Referência;

10.7. Facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

10.8. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante

10.9. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.9. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art.65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11- RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

11.1. Proporcionar todas as facilidades para que o prestador possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições desta prestação de serviço.

11.2. Designar servidor da secretaria, para proceder o recebimento dos serviços;

11.3. Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes do Termo de Referência;

11.4. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido no Contrato, instrumento equivalente ou Nota de Empenho.

12 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será feito por meio de cheque ou ordem bancária no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o adimplemento da obrigação contratual, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura e Recibo em(02) vias, devidamente atestadas pelo Setor Competente, de acordo com as exigências administrativas em vigor e deverão ser entregues na sede da Secretaria ordenadora;

12.2. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da contratada.

Ibicuitinga/CE, 28 de novembro de 2022.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

(MODELO)

Eu,....., Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação que a empresa, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal de 05/10/1988.

Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal: “...proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”

Ressalva:

() *emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.*

Local e Data

Diretor, Sócio-Gerente ou Equivalente

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ME/EPP

(MODELO)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito sob o CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa; Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), art 3º da Lei Complementar 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

Local e Data

Nome do declarante
Identidade do declarante
Diretor, Sócio-Gerente ou Equivalente

ANEXO IV

“DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE”

(MODELO)

A Firma _____, CNPJ nº _____ sediada (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para seu cadastramento na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Nome do declarante
Identidade do declarante

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA PADRONIZADA

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, bem como às cláusulas e condições da modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 09/2022-DIVER.

Declaramos ainda que não temos qualquer fato que nos impeça de participar da mencionada licitação.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar/fornecer o(s) serviço(s) cotado(s) abaixo, caso sejamos vencedor(es) da presente licitação.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES LEGAIS, NOS DIÁRIOS OFICIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBICUITINGA-CE.

LOTE ÚNICO

Itens	Especificações	Unidade	Quantidade Total	V. Unit.	V. Total
1	Jornal de Circulação Estadual – 1º Caderno (Jornal O Povo e Jornal Diário do Nordeste)	Cm/PC		R\$	R\$
2	Diário Oficial do Estado - DOE	Cm/PC		R\$	R\$
3	Diário Oficial da União - DOU	Cm		R\$	R\$

Valor Global: R\$ _____ (por extenso) _____

Empresa:.....

Endereço:.....

CNPJ:.....

Data de Abertura:

Hora da Abertura:

Prazo de Execução: 12 (doze) meses

Prazo de Início dos serviços: 05 (cinco dias)

Validade da Proposta: 60 dias

Forma de Pagamento: Conforme Edital.

Data:

.....
Assinatura do Proponente

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE IBICUITINGA**, Instituição de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 12.461.646/0001-55 e no CGF sob o nº 06.920.297-4, com endereço à Rua Edval Maia da Silva, 16, Centro, Ibicuitinga, CE, através da _____, neste ato representada pelo seu Ordenador de Despesas da _____, Sr. _____ e do outro lado à empresa: _____ com endereço na Cidade de _____ Estado _____ com sede à _____, Bairro _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº _____ e no CGF sob o Nº _____, neste ato representada por seu _____, Sr.(a) _____, brasileiro(a), portador(a) da CPF sob o Nº _____. Firmam o presente contrato em decorrência deste processo licitatório mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL: Processo de licitação na modalidade de Tomada de Preços Nº 09/2022-DIVER, devidamente homologado pelo Ordenador de Despesas da _____ do Município de Ibicuitinga, e as prescrições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas demais alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES LEGAIS, NOS DIÁRIOS OFICIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBICUITINGA-CE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR: O objeto contratual tem o valor global total em R\$ _____ (_____), em parcelas mensais de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS: O prazo de duração do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado, de acordo com as conveniências do Município e de acordo com o Art. 57 da Lei Federal 8.666/93 e suas demais alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS: As despesas deste contrato correrão por conta do Erário Municipal na Dotação da _____, sob o nº _____.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES: Obrigam-se Contratante e Contratado a cumprir fielmente o determinado no Edital, no Contrato e as normas estabelecidas na Lei 4.320 e 8.666/93 e suas demais alterações obrigando-se ainda:

- 6.1.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 6.1.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

- 6.1.3-Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 6.1.4-Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente
- 6.2(A) CONTRATADO(A):** Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, devendo ainda:
- 6.2.1. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, podendo o MUNICÍPIO recusá-los caso não estejam de acordo com o previsto neste Edital/Contrato ou nas normas aplicáveis à matéria;
- 6.2.2. Reparar, corrigir ou refazer, substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços ou dos métodos empregados ou por terem sido executados em desacordo com as especificações, normas aplicáveis ou com a boa técnica; imediatamente ou no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO;
- 6.2.3. A prestar os serviços junto ao Município, correndo todas as despesas necessárias, como alimentação, estadias e deslocamentos para a consecução dos serviços por conta da CONTRATADA.
- 6.2.4. Os serviços deverão ser prestados junto aos jornais de grande circulação estadual (Diário do Nordeste, O Povo e O Estado), jornal Diário Oficial do Estado do Ceara e jornal Diário Oficial da União;
- 6.2.5. A contratada deverá fornecer a contratante todos os jornais onde circularem as matérias, sendo um jornal para cada publicação, onde deverá encaminhar a esta administração, no prazo Máximo de 03 (três) dias úteis da data de publicação todos os exemplares referentes às publicações realizadas, e ainda no dia da publicação deverá encaminhar por e-mail, digitalizadas, todas as matérias publicadas.
- 6.2.6. A contratada deverá receber as matérias por e-mail com confirmação imediata, de segunda a sexta-feira, nos horários de até as 13h00min para as matérias circularem no próximo dia útil, no Diário Oficial do Estado do Ceara, até as 16h00min para as matérias circularem no próximo dia útil no Diário Oficial da União, e até as 16h00min para as matérias circularem no próximo dia útil nos jornais de grande circulação estadual (Diário do Nordeste e O Povo);
- 6.2.7. A empresa declarada vencedora do certame deverá comprovar como condições para a assinatura do contrato, que mantém uma sede ou filial em fortaleza/CE;
- 6.2.8. Serão recusados pela administração os serviços em desconformidade com o presente Termo de referência;
- 6.2.9. A prestação dos serviços licitados será feito de acordo com as necessidades administrativas, durante o prazo de contratação.
- 6.2.10. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO: O pagamento ao(s) vencedor(es) será feito através de cheque nominal ou ordem bancária até 30 (trinta) dias após a apresentação das respectivas notas fiscais e recibos à tesouraria e de acordo com as medições.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO E REAJUSTE DO CONTRATO: Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada pelo artigo 65 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, após a devida justificativa administrativa.

§ 1º: Os reajustes serão realizados, após um ano da contratação, devidamente justificados, aplicando-se sempre o índice setorial pertinente ao objeto, e, quando existirem vários índices, a média de, no mínimo, três.

§ 2º: O Equilíbrio econômico financeiro do contrato será buscado sempre que necessário para restabelecer as condições previamente pactuadas, mediante solicitação do contratado devidamente justificada e acompanhada dos documentos que comprovem o desequilíbrio.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES: A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplência de suas obrigações, definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das seguintes sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência.
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do licitante em assinar o instrumento contratual em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.
- c) Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na execução do serviço, sobre o valor do contrato.
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de: atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço; desistência de entregar o material ou realizar o serviço.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

9.1 – O valor da multa aplicada será deduzida pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que a Tesouraria da Prefeitura comunicará à CONTRATADA.

9.2 – Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga (o número da Conta será informado pela Tesouraria da Prefeitura de Ibicuitinga). Se não o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.

9.3 – Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Prefeitura pelo infrator:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar. De contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade do direito de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação pela própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4 – Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

11.1-A rescisão contratual poderá ser:

11.2-Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.3-Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

11.4-Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

11.5-A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1-Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

12.2-Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga.

12.3-Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal e encaminhados à Comissão de Licitação.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

13.1- Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do INCC – Índice Nacional de Custo da Construção, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1- Fica eleito o foro da Comarca do Município de Ibicuitinga, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Ibicuitinga _____, de _____ de 2022.



Prefeitura Municipal de Ibicuitinga
CONTRATANTE

Ordenador de Despesas da _____

Empresa
CONTRATADA
REPRESENTANTE
CARGO


TESTEMUNHAS:

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022-DIVER

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga, torna público que no dia 16 de dezembro de 2022 às 09:00 horas, na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua: Edval Maia da Silva, 16, Centro, nesta cidade, estará realizando Licitação: **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES LEGAIS, NOS DIÁRIOS OFICIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBICUITINGA-CE. **MODALIDADE:** Tomada de Preços. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado e sua cópia poderá ser cedida a partir da publicação deste aviso, no horário das 08:00 as 14:00 horas.

Ibicuitinga-CE, 29 de novembro de 2022.



Luzia Aguiar Lopes
Presidente CPL

*Favor Publicar no
O POVO
D.O. E.
No dia 30/11/2022*

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022-DIVER

Certifico para os devidos fins que, foi publicado, nesta data, através de afixação na Portaria desta Prefeitura (Quadro de Avisos e Publicações) D.O.E e jornal de grande publicação, jornal O POVO, conforme determina a Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, o Extrato referente ao **AVISO DE LICITAÇÃO** na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022-DIVER, cuja abertura está prevista para o dia 16 de dezembro de 2022, às 09:00 horas, na sala da Comissão de Licitação, para o **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES LEGAIS, NOS DIÁRIOS OFICIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBICUITINGA-CE.

Ibicuitinga-CE, 29 de novembro de 2022.



Luzia Aguiar Lopes
Responsável pela Publicação



Geração de empregos desce à ponta no Ceará em outubro, aponta Caged

| MERCADO DE TRABALHO | Movimento é encarado como normal e, no comércio e serviços, quem já está empregado é quem estará trabalhando na ponta até o final do ano

PALOMA VARGAS

paloma.vargas@opovo.com.br

THAIS MESQUITA



SETOR de serviços liderou geração de postos

O Ceará fechou o mês de outubro com saldo de 5,005 novos empregos com carteira assinada. O desempenho ficou aquém do registrado no mês imediatamente anterior, quando foram geradas 12 mil vagas. Também houve queda de 35% em relação aos 67 mil postos de trabalho gerados em outubro de 2021.

Amalgamados, os setores mais salientes de empregos no Nordeste. Está a frente de Pernambuco com 8,1 mil vagas, e da Bahia com 6,7 mil vagas, ambas as regiões também fazem parte do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) divulgado ontem, segundo o Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

De acordo com o levantamento, em outubro, foram 44.162 admissões e 39.157 demissões. O setor de serviços é o que está impulsionando a geração de empregos no Estado, com 2,6 mil novas vagas criadas em outubro. Em seguida, aparece o setor do Comércio (1.055 vagas), Construção (888 vagas), Indústria (539 vagas) e Agropecuária (242 vagas).

Quem mais foi empregado tem idade entre 18 a 24 anos (5,06%) e com grau de instrução de Ensino

Neste ano, com Black Friday e Copa, as equipes que estarão de prontidão já estão dentro das lojas
Alex Araújo, economista

Médio completo (3,4%). Os homens também receberam mais oportunidade de ter a carteira assinada, somando 2,674.

No acumulado de 2022, até outubro, o Ceará registrou um saldo de 97,5 mil postos de trabalho, após 465,5 mil admissões e 367,9 mil demissões.

O analista de mercado de trabalho, Eric Mesquita, destaca que "o Caged sempre apresenta oscilações, dependendo da dinâmica temporal de cada setor". Porém, ele comenta que

nesses casos, todos os setores demonstraram uma menor volume de novos postos de trabalho em relação aos meses anteriores.

Mesquita relata que, em geral, a dinâmica de geração de empregos com carteira assinada foi menor este ano nos dez primeiros meses (67,528) se comparado a igual período do ano passado (71,249).

"Foi fruto de um cenário econômico muito incerto em que os níveis de desemprego e de inflação só cederam às vésperas

do período eleitoral, especialmente por conta de medidas, como o pagamento do auxílio (Auxílio Brasil) e a redução do ICMS dos combustíveis."

O economista Alex Araújo, afirma que este é um movimento considerado normal pelo mercado. Ele explica que o segundo semestre apresenta, tradicionalmente, um crescimento no número por conta da sazonalidade de final de ano.

"O comércio reflete um pouco isso. A contratação começa

entre agosto e setembro, para treinamentos, e vai com menos intensidade até outubro. Neste ano, com Black Friday e Copa do Mundo, as equipes que estarão de prontidão, já estão dentro das lojas e vão até o final do ano."

Ele lembra, ainda, que a Copa tem uma característica para o comércio. "Vende e aquece os mercados de televisores, materiais esportivos e bebidas, por exemplo, mas nos dias de jogos, estazia os outros."

Para o início de 2023, Araújo destaca que o movimento normal nos primeiros meses é o de demissão dos temporários e, de volta ao aquecimento, em março, na Indústria e não mais no comércio.

Com relação ao período de férias, mesmo tendo o turismo mais aquecido este ano, por conta do cenário da pandemia, o economista lembra que essa mão de obra precisa ser muito qualificada e já foi contratada, ainda na baixa temporada, para ser amplamente qualificada.

"Essa é uma força de trabalho que já está dentro e sendo qualificada e não gera mais pressão no número de contratações."

Do ponto de vista econômico, Araújo pondera que mesmo com a desaceleração em outubro, a redução gradual das taxas de desemprego e a progressiva melhoria no mercado de trabalho, é muito positiva para a economia do Estado. (Colaborou Ima Cavalcante)

MAPA DO EMPREGO EM OUTUBRO



GERAÇÃO DE EMPREGO NO NORDESTE



ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANHIRINGA - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002022-00111 A Comissão Permanente de Licitação, do Município de Guaranhiringa, Ceará, torna público que realizará o seguinte procedimento licitatório para aquisição de materiais didáticos para atender demandas de alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Guaranhiringa, Ceará. O edital poderá ser consultado no site do Caged (www.caged.com.br) ou diretamente no endereço eletrônico: www.licitacoesmunicipalguaranhiringa.ce.gov.br.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ORCIAS - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002022-00111 A Comissão Permanente de Licitação, do Município de Orciás, Ceará, torna público que realizará o seguinte procedimento licitatório para aquisição de materiais didáticos para atender demandas de alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Orciás, Ceará. O edital poderá ser consultado no site do Caged (www.caged.com.br) ou diretamente no endereço eletrônico: www.licitacoesmunicipalorcias.ce.gov.br.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002022-00111 A Comissão Permanente de Licitação, do Município de Boa Vista, Ceará, torna público que realizará o seguinte procedimento licitatório para aquisição de materiais didáticos para atender demandas de alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Boa Vista, Ceará. O edital poderá ser consultado no site do Caged (www.caged.com.br) ou diretamente no endereço eletrônico: www.licitacoesmunicipalboavista.ce.gov.br.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ORCIAS - EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO Licitação Nº 002022-00111, do Município de Orciás, Ceará, para aquisição de materiais didáticos para atender demandas de alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Orciás, Ceará. O edital poderá ser consultado no site do Caged (www.caged.com.br) ou diretamente no endereço eletrônico: www.licitacoesmunicipalorcias.ce.gov.br.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002022-00111 A Comissão Permanente de Licitação, do Município de Paramoti, Ceará, torna público que realizará o seguinte procedimento licitatório para aquisição de materiais didáticos para atender demandas de alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Paramoti, Ceará. O edital poderá ser consultado no site do Caged (www.caged.com.br) ou diretamente no endereço eletrônico: www.licitacoesmunicipalparamoti.ce.gov.br.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ORCIAS - EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO Licitação Nº 002022-00111, do Município de Orciás, Ceará, para aquisição de materiais didáticos para atender demandas de alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Orciás, Ceará. O edital poderá ser consultado no site do Caged (www.caged.com.br) ou diretamente no endereço eletrônico: www.licitacoesmunicipalorcias.ce.gov.br.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO - AVISO RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 002022-00111 O Município de Alto Santo, Ceará, torna público que realizou o seguinte procedimento licitatório para aquisição de materiais didáticos para atender demandas de alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Alto Santo, Ceará. O edital poderá ser consultado no site do Caged (www.caged.com.br) ou diretamente no endereço eletrônico: www.licitacoesmunicipalaltosanto.ce.gov.br.